



COMUNICADOR CONSCIENTE: A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCOMUNICAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE JORNALISTAS¹

Jamile SANTINELLO²

Samilo TANAKA³

Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO/PR/BR

Resumo

O presente artigo pretende salientar a importância da formação de jornalistas que possam atuar como educadores e críticos de mídia. A partir de análises bibliográficas, a pesquisa mostra qual a função social do jornalista, como ele atua, quais seus respaldos éticos, além de apresentar um panorama sobre a disciplina de educomunicação. A partir dessas conceituações, pretende-se apontar como estes conhecimentos podem colaborar para um profissional mais consciente de seus atos dentro da rotina de redação e como, aliado as práticas educativas, o jornalista pode colaborar para ensinar a ler a mídia, interpretá-la e compreender a necessidade de usar a informação para o desenvolvimento social.

Palavras-chave

Formação do Jornalista; Educomunicação; mídia.

Introdução

O jornalista é permeado por diversos conceitos que lhe exigem ou incriminam socialmente. Entre diversas discussões sobre a idoneidade desta profissão, que alguns teóricos e pesquisadores dizem ser rasa e apenas dramática, e outros pesquisadores e educadores, a vêem como uma apresentação de recortes da realidade atual, que o jornalista, de maneira interpretativa, questiona profissionais, pessoas que vivem as realidades tratadas e o poder público, para procurar informar à população o que acontece, quais os motivos, se há soluções e de quem é a culpa ou a honra deste fato.

Relacionar educação e comunicação na atualidade é falar de dois campos que se mesclam e se complementam todos os dias. Educadores e alunos têm relação com as mídias informativas a todo o momento. Seja por meio de *softwares* e aplicativos da

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação-POS/ECO/UFRJ, Mestre em Educação-UEM/PR. Membro do Grupo de Pesquisa: Processos Midiáticos Eletrônicos e Impressos, Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, e-mail: jamile@unicentro.br.

³ Acadêmico do Curso de Jornalismo, da UNICENTRO/PR, 4º ano, e-mail: sami.takara@gmail.com.



Internet como o *twitter*, *orkut*, *facebook*, *myspace*, entre outros; seja pelos meios de comunicação ditos tradicionais como a televisão, o rádio ou o jornal.

O contato com as mídias e o poder de veracidade do conteúdo jornalístico garante que as pessoas creiam que estão sendo informadas e que sabem o que acontece pelo mundo. Mesmo que um pensamento superficial precisa-se compreender mais sobre a função jornalística e como a formação de um profissional com capacidade didática, compreensão educacional e os usos da educomunicação pode contribuir para uma sociedade melhor informada e com uma capacidade crítica maior.

Será conceituado no primeiro capítulo o que é o jornalismo e como este profissional produz o material informativo e noticioso que chega até os consumidores de informação. A partir deste conceito delineado, compreenderemos o que é a educomunicação, suas compreensões e maneiras de colaborar para um maior desenvolvimento intelectual e social. E ao compreender-se esses dois conceitos chaves e as ações que os englobam apontaremos a importância de um jornalista educador, que possa atuar na formação de cidadãos com uma leitura crítica da mídia e capaz de colaborar com a sociedade na busca por um espaço democrático.

Jornalista: o formador de opinião

Para compreender este profissional e sua função na sociedade é importante entender que este profissional está nos meios de produção e difusão noticiosa. Bourdieu explica em seu livro *Sobre a televisão* que

Os jornalistas – seria preciso dizer o campo jornalístico – devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso desses simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (1997, p. 65-66)

A partir deste pressuposto, percebe-se que estes profissionais podem colaborar com a formação do imaginário coletivo e apresentar diferentes formas, fontes e compreensões sobre os mais variados assuntos. Entretanto, não pode-se esquecer, como Traquina cita Stuart Hall em seu livro *Teorias do jornalismo*



Os jornalistas dizem: Há um acontecimento; quer dizer alguma coisa. Quem quer que lá esteja perceberá o que é que significa. Tiramos-lhe fotografias. Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tão autenticamente quanto possível através dos media, e na audiência vê-lo-a e perceberá o que aconteceu'. E quando se afirma que as pessoas têm interesses em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo significar as coisas de um modo diferente, esta afirmação de algum modo ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas, e estes resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato, mas uma construção (apud TRAQUINA, 2005, p. 170)

São maneiras de compreender o mundo que fazem com que o jornalista tenha uma visão particular, Bourdieu ainda no livro *Sobre a televisão* explica que

O mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos (1997, p. 55)

Percebe-se então que o jornalista trabalha a partir de uma dinâmica de produção de informações para o acesso do público, mesmo assim, não pode-se esquecer, como Lage citou em seu livro *A reportagem*

O universo das notícias (e, quase sempre, o da informação jornalística em geral) é o das grandes aparências do mundo: o noticiário não permite nem persegue o conhecimento essencial das coisas, objeto de estudo científico, da prática teórica e da boa parte da criação artística, não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por trás das notícias corre uma trama infinita de relações e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam (2004, p. 111)

Este pensamento implica na necessidade de compreender que a produção jornalística é baseada na velocidade e na superficialidade, para a construção de um conhecimento que ultrapassa o senso comum, mas que informa de maneira simples o receptor, exigindo dele a busca por outros elementos que completem seu conhecimento acerca de determinado assunto. Entretanto, se devemos ter em mente o que Gomes aponta no livro *O poder no jornalismo*, quando ela explica que

fato já nasce como relato. Ele não acontece assim puramente como fato, um dado do mundo concreto, do mundo independente de qualquer linguagem, para, só depois, ser traduzido num relato [...] Um fato ambiciona a condição de relato – pois só o relato dará a ele, mero fato, um sentido narrativo. Não há, portanto, fato jornalístico sem relato jornalístico. O que pretendemos dizer, enfim, é que o relato jornalístico ordena e, por definição, constitui a realidade que ele mesmo apresenta como sendo a realidade feita de fatos. A



notícia acontece como elo do discurso. A notícia acontece como elemento discursivo, tendendo para um lado ou para o outro, tanto faz, mas como elemento discursivo (2003, p. 10)

E por isso, deve-se perceber, que por mais que a informação não seja aprofundada, ela surge da necessidade de transmitir uma informação, de maneira clara e rápida, o que não permite o aprofundamento necessário para uma formação científica, mas dá ao espectador subsídios para que ele busque mais conhecimentos. Não pode-se esquecer o caráter inicial da notícia, como explica Traquina (2005, p. 160) “a notícia, que é um produto perecível, deve chegar ao cliente o mais rapidamente possível para ser utilizada”.

A partir destes pressupostos percebemos que o jornalista, por meio das mídias, apresenta informações que são evocadas por fatos, para que o espectador seja informado, de maneira simples e esteja alerta aos fatos e explicações que possam melhorar sua convivência em sociedade e seu dia-a-dia. Como Lage ressaltou

O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante. Essa função é exatamente a definida como a de agente inteligente (2004, p. 23)

Então o jornalista atua como testemunha dos fatos, interpretador de causas e efeitos que surgem de uma ação e fortalecedor de discursos e ideais para a construção da opinião, pois além de estar presente ele se configura como um intelectual capaz de

ter a preocupação de entender como e por que as ações e as criações dos intelectuais estão impregnadas e são tanto possibilitadas quanto limitadas pelas estruturas de produção e recepção do campo de que fazem parte num determinado contexto histórico. Ou seja, o crítico deve mais se interessar pelas lutas que determinam as regras de apreensão da realidade social do que o mero descrever as criações mais reconhecidas e celebradas, não aceitando, assim, as diferenciações como diferenças sempre já dadas (ROXO; SACRAMENTO, 2008, p. 164)

Assim, ele desde o momento em que viu ou soube do fato, até na interpretação feita pelos receptores e como eles devem buscar compreender os assuntos de sua realidade, pois

ela é produto de relações sociais, da língua, das tecnologias, da escrita, dos mecanismos de comunicação e, para compreendê-la, é necessário descrever e analisar essas relações e seus esquemas complexos. A estrutura social “está”



no produto, portanto as mudanças na produção cultural – sejam elas estruturais, estéticas, de modelo ou estilo – são fruto de mudanças concretas, sempre sociais e históricas (COUTINHO; QUARTIERO, 2009, p. 48)

Por ter tanta influencia no contingente de informações, ainda mais agora com a aceleração das informações e a *Internet*, este profissional hoje, divide espaço com diversos conteúdos e pode encaminhar seus receptores a conhecerem mais informações ou assimilarem mais suas opiniões que

consumimos a mídia. Consumimos pela mídia. Aprendemos como e o que consumir pela mídia. Somos persuadidos a consumir pela mídia. A mídia, não é exagero dizer, nos consome. [...] Consumimos objetos. Consumimos bens. Consumimos informação. Mas, nesse consumo, em sua trivialidade cotidiana, construímos nossos próprios significados, negociamos nossos valores e, ao fazê-lo, tornamos nosso mundo significativo. Sou o que compro, não mais o que faço ou, de fato, penso. E assim, espero, é você também. (SILVERSTONE apud COUTINHO; QUARTIERO, 2009, p. 57)

Uma profissão que pode deturpar e formar cidadãos, por isso que é necessário que o profissional compreenda os aspectos da ética e sua responsabilidade social, como tratar-se-á no terceiro capítulo.

Educomunicação: um campo a serviço do jornalista, que pode atuar serviço da sociedade

A educomunicação estuda o desenvolvimento da educação aliada à mídia e como a relação entre esses campos pode desenvolver nos estudantes e em seus professores uma maior capacidade de leitura crítica e, a partir da compreensão dos processos de construção do discurso midiático e das relações de conceitos e educação, capacitar os envolvidos no processo educativo a compreender os discursos dos Meios de Comunicação de Massa e saber interpretá-los de maneira a poder contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Precisa-se compreender que este campo é uma intersecção de outros dois campos. Na campo da comunicação, os símbolos são carregados de valores para transmitir ao receptor uma mensagem. Assim,

as pessoas criam símbolos para nomear coisas, idéias, acontecimentos e para se comunicar. A realidade dos indivíduos é sempre apoiada e traduzida por símbolos e a linguagem, quer verbal ou não-verbal é uma forma de manifestação do simbólico. Os símbolos não são privados, mas sim públicos,



por fazerem parte da realidade e por serem compartilhados entre as pessoas na vida social (SÊGA, 2008, p. 82)

Contudo, ao apoiar este campo aliado aos conceitos de uma comunicação consciente, a autora cita Thompson para deixar claro que

O processo de recepção não é um processo passivo de assimilação; ao contrário, é um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído. Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas mas, ativamente e criativamente, dão-lhes um sentido e por isso, produzem um significado no próprio processo de recepção (apud SÊGA, 2008, p. 83)

Então, os receptores tem como se apropriarem destes signos para também expressarem sua opinião. Assim, como Sêga apontou

Percebemos, então, que no processo de interação social, a ideologia dos indivíduos funciona como “amalgama integrador” entre as diferenças e semelhanças entre eles, incluindo aqui suas idiosincrasias, presentes no ato de recepção e compreensão das formas simbólicas. Quando os receptores apropriam-se de formas simbólicas provenientes de uma fonte, quer eletrônica ou não, eles se tornam automaticamente co-autores desse universo simbólico (2008, p. 85)

Como co-autores, é necessário que eles compreendam que o jornalismo e a comunicação possuem relação com seus receptores. Martins e Paiva (2010) apresentam em seu artigo *Legitimidade na Blogosfera: Da Liberdade de Expressão à Monetização Comunicativa*, os espaços interativos que a internet possibilita e apontam que:

Enquanto o jornalismo massivo mantém um fluxo unidirecional, tornado o receptor um agente mais passivo, conformista, o webjornalismo e as ferramentas de comunicação pós-massiva – em que incluímos os blogs (MARTINS, 2009) – tendem a uma experiência mais interativa. Além disso, assegura a participação ativa do coletivo no processo multidirecional (onde o assunto converge), haja vista que os navegantes também podem usar as mídias digitais para se comunicar, passando de uma interação para uma participação. A diferença entre ambos os conceitos é explicado por Jenkins (2008, p. 183), para o qual ‘a participação é mais ilimitada, menos controlada pelos produtores midiáticos e mais controlada pelos consumidores da mídia’ (2010, p. 3)

A interatividade, aliada ao conhecimento de produção da mídia e a análise crítica dos discursos apresentados pelos Meios de Comunicação de Massa, que é a prerrogativa da disciplina de educomunicação, possibilitam aos adolescentes e jovens que possuem



já um interesse sociopolítico a desenvolverem sua opinião e legitimarem-se como representantes com direito a voz. Então

criar o próprio *blog*, entrar no *My Space* e compor um perfil no *Facebook* são todas ações criativas individuais, ou seja, de criação de conteúdo, enquanto a “produção de mídia” refere-se à cooperação com o objetivo de obter um conhecimento profundo de como se comunicar em diferentes mídias – como apresentar uma mensagem – em uma perspectiva democrática. Diante disso, a mídia-educação escolar tem um desafio especial a enfrentar: partindo de uma educação baseada numa cultura de mídias comercializada e individualista, levá-la a se desenvolver no sentido da formação de comunidades práticas de mídia, cujas palavras-chave sejam: perspectiva crítica, análise, avaliação, criatividade e criação (CHRISTENSEN; TUFTE, 2009, p. 98)

O direito de dizer o que se pensa, a opinião construída através da reflexão dos discursos presentes é tratada por Foucault, no livro *A ordem do Discurso*, em que ele apresenta o falante como alguém que busca o poder

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (1970, p. 10).

Após essa compreensão do que significa o discursar, percebe-se então que aqueles que já se interessam pelos grupos sociais podem, por meio do conhecimento dos processos de construção do discurso midiático e da capacidade de construção de um espaço para que possa colaborar com os leitores, o jovem que desenvolve um *blog*, pode se apoderar do discurso para analisar os conceitos passados pela mídia, criando em si e nos indivíduos que inter-relacionam com ele a “leitura crítica para os meios”. Entretanto precisa-se estar cientes que

as mídias tanto unem como separam as pessoas. Tempo, lugar e espaço mudaram de significado. A paisagem midiática se caracteriza hoje por usos e formas de comunicação complexos e instáveis, em que salas físicas e virtuais atuam lado a lado. As mídias são parte central na vida da chamada Geração *Internet* [...] Hoje os padrões de mídia estão mudando. Crianças e jovens clicam de uma mídia para outra, em busca do que os interesse e com esse objetivo usam a mídia que estiver mais a mão: materiais impressos, a televisão, a *internet* ou o celular. Se olharmos para esses usos das mídias, veremos que eles são complexos, intensivos e especialmente digitalizados e baseados na *internet*. (CHRISTENSEN; TUFTE, 2009, p. 99)



Compreender o dito e os silêncios que perpassam um discurso, além de poder desenvolver uma argumentação e lapidá-la através da publicação interativa que o *blog* proporciona ao jovem uma capacidade de tornar-se um leitor e produtor de discurso apto para a interpelação com o discurso midiático, desenvolvendo assim, um olhar mais crítico sobre a produção midiática, a realidade social, a cidadania garantida e o seu direito de Liberdade de Expressão.

A partir da perspectiva de Piaget (1996),

Os conhecimentos não partem, com efeito, nem do sujeito (conhecimento somático ou introspecção) nem do objeto (porque a própria percepção contém uma parte considerável da organização), mas das interações entre sujeito e objeto, e de interações inicialmente provocadas pelas atividades espontâneas do organismo tanto quanto pelos estímulos externos (*apud* PRIMO, 2010, p. 2)

Primo (2010) ressalta que o conhecimento é construído interativamente entre o sujeito e o objeto. Ele apresenta a construção do conhecimento como uma ação e reação do sujeito para com o objeto e vice-versa. A partir deste princípio, relacionamos o desenvolvimento tecnológico e o homem para entender como é desenvolvido o conhecimento interativo. A internet e suas ferramentas ao se relacionarem com os seus usuários criam diferentes tipos de conhecimento.

A argumentação e opinião podem ser tratadas a partir das ações interativas nessa mídia. É o primeiro exemplo de um ecossistema comunicativo que permite ao seu usuário transmitir informações que contrapõem, ou que adicionam aos conteúdos midiáticos e informativos, informações relevantes desenvolvidas por parte do receptor. Desse modo,

o desenvolvimento de amplas competências em mídia é central para que as pessoas consigam se comunicar, buscar informação, compartilhar conhecimento e usar os meios de comunicação de diferentes maneiras. Um conceito amplo de mídia deve ser implementado em todo o sistema educacional enquanto uma dimensão interdisciplinar da formação (VETTENRANTA *apud* CHRISTENSEN; TUFTE, 2009, p. 104)

Em outras mídias, a influência do receptor é mínima e sempre pode ser boicotada ou redirecionada pelos gestores de informação. Por isso que Christensen e Tufte explicam que

de modo geral, em relação às mídias, suas estéticas e linguagens, é preciso desenvolver princípios e métodos para que as mídias possam ser inseridas na agenda da escola enquanto um processo de aprendizagem. É preciso que sejam desenvolvidos instrumentos conceituais mídia-educativos em relação a todas as mídias (2009, p. 103)



Profissional Eticamente Responsável: ética e responsabilidade social no fazer jornalístico

A partir das prerrogativas de um profissional de jornalismo com conhecimentos sobre educomunicação, devemos pensar no caráter ético e de responsabilidade social deste jornalista, que busque passar aos indivíduos o poder de cidadãos. Entretanto enquanto

a questão do reconhecimento dos Direitos Humanos parece longe de um consenso. Para o pensamento conservador, que comumente se associa à direita, faz-se necessário que o sujeito apresente as *condições desejadas*, seja possuidor de um conjunto de caracteres que o habilite a *merecer* tais *benefícios*. Com a saída do regime ditatorial que vigiu em nosso país durante aproximadamente 20 anos, avaliava-se que essa questão fosse estar na pauta do dia dos governos *ditos* de esquerda, mas o aumento do debate em torno dos bens de cidadania para sujeitos sociais *quase-que-invisíveis* nos autoriza a pensar que a cidadania no Brasil é *para inglês ver* (BORGES, 2008, p. 246)

Kunczic aponta em seu livro *Conceitos de Jornalismo* o desenvolvimento teórico pensado por Max Weber. Este autor relata duas formas de ética, uma baseada na verdade absoluta, em que no caso do jornalista o papel é informar.

Uma pessoa cuja ética abriga unicamente os valores absolutos recusa-se a assumir a responsabilidade pelas conseqüências de suas ações. Essa proposição afirma que o ator não se responsabiliza pelos resultados de suas ações. Então, o elemento característico da ética dos valores absolutos é o dever absoluto para com a verdade (apud KUNCZIC, 2002, p. 42)

Enquanto, um jornalista eticamente responsável desenvolve suas produções jornalísticas pensando em como suas ações repercutem socialmente e qual a importância de sua informação na sociedade que o cerca. Percebemos isso quando Weber explica que

A ação eticamente responsável significa que ela diz respeito não somente à seleção dos meios para se alcançar um fim específico, mas também a comparação dos valores. A partir desta prerrogativa, o ator eticamente aceita a responsabilidade pelas conseqüências, intencionais ou não intencionais de sua ação. A pessoa responsabilmente ética leva em conta os defeitos das pessoas. Em contraste cuja ética é a dos valores absolutos, a pessoa eticamente responsável não acredita que pode impingir os outros as conseqüências de suas ações (apud KUNCZIC, 2002, p. 42)



Desse modo, percebemos a importância de um profissional que em sua função pensa na sociedade e em como aquele ato pode repercutir na vida das pessoas que se informarem. Mesmo que alguns digam que a ação jornalística deve ser neutra, imparcial e objetiva, Kunczic (2002, 110) salienta que “a subjetividade e a reportagem feita com consciência não se contradizem. A objetividade significa simplesmente não distorcer nem suprimir os fatos”. E essa subjetividade pode estar no enquadramento dado à matéria. Góes explica que

Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que orientam os eventos sociais, a construção de como as pessoas organizam a experiência. São marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações (2007, p. 3)

O autor ainda complementa este modo de ver a matéria, como sendo

Em geral a perspectiva do enquadramento tem feito importantes contribuições no campo dos movimentos sociais e fornecido o entendimento de como os atores coletivos constroem um esquema interpretativo que fundamenta a mobilização e sustenta a ação. Além disso, elabora um sentido de injustiça e de identidades coletivas para os protagonistas e seus alvos, oferecendo um diagnóstico e prognóstico de um problema e uma chamada à ação para resolvê-lo (BENFORD, 1997; STEINBERG, 1998). O elemento central do enquadramento é a relação com a concepção de injustiça que serve como base para articular ressentimentos e imaginar uma ordem social alternativa (CARROLL, 1996). Dentre as categorias genéricas de quadros utilizados pelos movimentos sociais estão: injustiça, oposição, hegemônico, igualdade de oportunidade e de direitos (BENFORD, 1997) (idem, 2007, p. 4)

A partir destas constatações, um profissional que tem um amplo conhecimento sobre a educação e a mídia pode colaborar para o desenvolvimento da leitura crítica dos meios de comunicação e a produção de conteúdo para que informe as pessoas sem exigir uma verdade que é ideal, e sim, exigir o melhor tipo de informação e as mais variadas fontes que possam ilustrar um assunto, dando liberdade ao espectador para que ele possa conceber sua opinião, conhecendo diversos pontos de uma mesma realidade.

Essa pluralidade também é defendida pela UNESCO, que este ano (2010) lançou um documento salientando os índices de desenvolvimento da mídia. Neste documento, salientamos que

é uma exigência razoável que a mídia, para cumprir seu potencial democrático, retrate a diversidade da sociedade. A diversidade social possui várias facetas: gênero, idade, raça, etnicidade, casta, idioma, crença religiosa, capacidade física, orientação sexual, renda e classe social etc. Os órgãos da mídia detêm poder considerável para moldar a experiência de diversidade da sociedade. A mídia pode noticiar as preocupações de cada grupo da



sociedade e permitir a grupos diversos o acesso a informação e a entretenimento. A mídia pode proporcionar uma plataforma para que todos os grupos da sociedade conquistem visibilidade e possam ser ouvidos. Ainda assim, a mídia também pode engendrar suspeita, medo, discriminação e violência ao fortalecer estereótipos, fomentar a tensão entre grupos e excluir certos segmentos do discurso público (2010, p. 35)

Outro ponto que devemos ressaltar deste documento é no momento em que ele se refere ao fortalecimento de uma mídia mais social e composta por profissionais e sociedade civil com o intuito de valorizar a comunicação e a informação em favor de toda a sociedade, não discriminando ou tirando o direito a expressão.

A conscientização e o fortalecimento dos cidadãos e cidadãs também são vitais: pode haver inibições contra a busca de informações ou relutância em se fazer valer o direito à liberdade de expressão, seja no âmbito público em geral ou entre os grupos marginalizados. As leis precisam ter o respaldo de medidas sistemáticas para deixar cidadãos e cidadãs cientes de seus direitos e para deixar as autoridades cientes de suas obrigações. Quando assim o permitirem os recursos, os órgãos públicos devem criar mecanismos de compartilhamento proativo, mediante solicitação de informações oficiais. O Estado deve, também, oferecer oportunidades genuínas para as organizações da sociedade civil (OSCs), para os órgãos da mídia e para a população em geral influenciarem as políticas públicas na mídia (UNESCO, 2010, p. 11)

Verificando as disposições das Nações Unidas em valorizar uma mídia plural, percebemos que os espectadores devem ter um desenvolvimento crítico e buscarem conhecer mais e desenvolver mais sobre os quesitos que são ditos e não abordados pela população. Entre educação e comunicação percebemos que os laços mais firmes são na quebra de preconceitos e na busca pelo ensino aos consumidores de informação no lido com o conhecimento que pode advir desses veículos de informação.

Foucault explica que sobre a escola e seus sistemas de coerção, dizendo que

Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que trazem consigo [...] O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (1970, p. 44)

É nesta lacuna que ele escancara no processo educativo, que o jornalista que tem uma formação em educomunicação pode atuar. A educação pode desenvolver um crescimento colaborativo, em que não se mantêm ou apropria discursos, mas tira destes os conhecimentos que lhes são mais importantes, por meio de um olhar crítico sobre o que é imposto nos meios de comunicação de massa.



Considerações Finais

Por meio dos conceitos apresentados neste artigo, percebe-se a importância de um profissional de jornalismo consciente de suas ações sociais e como elas refletem no dia-a-dia das pessoas. Desse modo, o profissional que valoriza o aprendizado desenvolvido pela disciplina de educomunicação se torna apto a desenvolver mais conceitos como estes. Garantindo uma ética responsável, ele desenvolverá conteúdo buscando sempre compreender como este deve colaborar para a sociedade em que vive.

Além disso, estes profissionais que trabalham com a apresentação de informações, também podem começar a desenvolver espaços de recepção colaborativos, dando a eles bagagem para discutir assuntos metalingüísticos e valorizando a função profissional desenvolvida por meio de uma ação eticamente responsável. Assim, o jornalista educador está mais próximo da sociedade e terá maior tato ao entrar em contato com suas fontes, pensar a pauta e produzir este material.

A educomunicação pode ser uma ferramenta que compreenda grandes conceitos como informação e educação, mas ela não perde o critério básico de um desenvolvimento humanístico, o pensar o ser humano enquanto ser vivente e mutante, que deve sempre estar atento, e preparado criticamente para desenvolver conceitos, apresentar novos pontos de vista e dar voz aos que necessitam dizer algo que pode contribuir para o nosso convívio social.

Referências Bibliográficas

BORGES, Wilson Couto. **Comunicação para a cidadania: linhas de um novo campo.** In Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1997.

CHRISTENSEN, Ole; TUFTE, Birgitte. **Mídia-educação - entre a teoria e a prática.** Florianópolis: in Perspectiva, 2009

COUTINHO, Laís Miranda; QUARTIERO, Elisa Maria. **Cultura, mídias e identidade na pós-modernidade.** Florianópolis, SC: Perspectiva, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 19ª edição. Ed. Loyola, São Paulo, 2009.

GÓES, Laércio Torres de. **Características do Jornalismo Alternativo dos Movimentos sociais na web.** Disponível em: <www.uff.br/ciberlegenda/artigolaerciogoes.pdf> Acesso em: 30 abril 2010.



GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul: manual de comunicação; tradução Rafael Varela Jr. – 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 4ª edição. Editora Record. Rio de Janeiro, 2004.

PRIMO, Alex; SMANIOTTO, Ana. **Comunidades de blogs e espaços convencionais**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> . Acesso em: 26 de março de 2010.

ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor. **Os intelectuais e o espaço público midiático**. In Comunicação e Espaço Público Disponível em: <http://www.fac.unb.br/site/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=72&Itemid=153> .Acesso em: 26 de março de 2010.

SÊGA, Christina Maria Pedrazza. **Tecnologia e interação**: mitos e simbolismos. In Comunicação e Espaço Público. Disponível em: <http://www.fac.unb.br/site/images/stories/Posgraduacao/Revista/Edicoes/2009/05_sega.pdf>. Acesso em: : 26 de março de 2010.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Alfabetização e Educomunicação**: o papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce>>. acesso em: 25 de março de 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**, volume 1: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

UNESCO. **Indicadores de desenvolvimento da mídia**: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação. – Brasília, 2010